



Saúde & Transformação Social
Health & Social Change



EDITORIAL

Gênero, Sociedade e Transformações

Gender, Society and Transformations

Murilo dos Santos Moscheta

Professor do Departamento Psicologia
 Universidade Estadual de Maringá
 E-mail: murilo.moscheta@me.com

Rodrigo Otávio Moretti-Pires

Professor do Departamento Saúde Pública
 Universidade Federal de Santa Catarina
 E-mail: rodrigo.moretti@ufsc.br

Em sua edição que comemora seu 6º aniversário, a revista Saúde & Transformação Social apresenta um dossiê sobre a temática Gênero, Sociedade e Transformações. Nosso esforço foi de construir um conjunto de textos que pudesse demarcar o modo como as questões relativas ao gênero e sexualidade tem atravessado o pensamento e as práticas de profissionais e pesquisadores de diferentes campos com enfoque nas práticas em saúde.

Nos últimos anos, foi considerável o desenvolvimento de reflexões acadêmicas acerca do tema como também foram significativas as modificações nos dispositivos reguladores das práticas no campo. Frutos das lutas dos movimentos sociais e do engajamento político de acadêmicos, estes dispositivos instituíram marcos políticos importantes na luta contra as desigualdades relacionadas ao gênero e a sexualidade no campo da saúde, como por exemplo a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de LGBT, a instituição do processo transexualizador no SUS,

a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.

Contudo, a construção de uma sociedade menos desigual e opressora demanda um conjunto de esforços constantes que sustentem sob avaliação crítica os alcances e limites dessas Políticas e contribuam com o desenho de novos horizontes de luta. Lamentavelmente, o cenário político brasileiro que se estabelece no momento de lançamento desta edição já demarca com clareza um alinhamento governamental conservador e oposto às conquistas dos últimos anos. Neste ano foram destituídos o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Foi também o ano de intensas contendas que, infelizmente, resultaram na maioria dos casos, na exclusão do termo gênero dos planos municipais e estaduais de educação. E a julgar pelas recentes declarações do atual ministro da saúde, o próprio

projeto de construção de um Sistema Único de Saúde fundado em princípios de universalidade, integralidade e equidade, está ameaçado. Neste contexto de tensionamento crescente, é premente a necessidade de ampliar as discussões sobre a igualdade de gênero e sexualidade no campo da saúde de modo a contribuir com a articulação de resistência e a organização estratégica de novas pautas de disputa.

A despeito dos avanços históricos da cidadania de pessoas LGBT no Brasil no século XXI, há que se ressaltar que a garantia legal dos direitos legais mostra-se pautada em moralidades e patologização, que tem sua base epistemológica na heteronormatividade compulsória. A partir das portarias, resoluções e critérios diagnósticos empregados no sistema de saúde, dispositivo e operações que tornam visíveis particularmente às pessoas trans a partir do lugar do doente incurável são reificadas, em movimento contrário a autonomia do indivíduo e até mesmo aos movimentos sociais que reivindicam direitos aos LGBT.

A temática dos direitos ao acesso a saúde e outros setores da cidadania pelas pessoas LGBT insere-se diretamente nas considerações de quais são os conjuntos de valores que norteiam os atores envolvidos, sejam eles os agentes do Estado, as corporações, prestadores de serviço, o movimento LGBT e as pessoas LGBT.

Conforme ressalta Preciado (2011) o que está em jogo é o espaço corporal, seus usos individuais, a autonomia para tal e suas finalidades sociais. Há um processo contínuo em que diversos dispositivos operam para tentar normalizar as pessoas trans, com produção de "(...) tecnologias precisas de produção dos corpos "normais" ou de normalização dos gêneros não resulta um determinismo nem uma impossibilidade de ação política" (PRECIADO, 2011, p.14). Longe de se tratar da impossibilidade política para esses corpos, a autora indica justamente o contrário: as pessoas LGBT denunciam pela sua existência o fracasso e resíduo das tecnologias e dispositivos biotecnológicos em normalizar corpos e desejos.

O Estado – e por decorrência os efeitos dos dispositivos legais nos quais se pauta – parte da suposição de que a identidade de gênero das pessoas deve se adequar ao binarismo heterossexual, de forma

que as intervenções médicas garantidas na referida política tem vistas a se tornar as pessoas LGBT inteligíveis pela readequação corpórea e/ou de comportamento em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade da heteronormatividade.

A despeito de relevância da temática para a sociedade brasileira, muitas ainda são as lacunas tanto de investigação como de avanços significativos para as pessoas de orientação sexual não binária.

As instituições que se localizam no Estado, as instituições familiares e as instituições de ensino, ainda são espaços de reprodução das normas da heteronormatividade, com manifestações importantes de violência simbólica contra pessoas não heterossexuais. Seja pelo sofrimento de revelar-se não heterossexual ou a necessidade de esconder-se, travestir-se como tal, não há razões razoáveis além do habitus que justifiquem o sofrimento de pessoas de orientação não binária desde a infância.

Particularmente a universidade que deveria se constituir como espaço importante de liberdade e de reconstrução, mostra-se muito aquém.

A despeito dos avanços, e da mudança profunda em relação às décadas que precedem a edição comemorativa de seis anos de Saúde & Transformação Social, fica a dúvida: é possível uma Sociedade justa sem discutir e transformar as relações de poder ao redor dos gêneros?

Sejam bem vindes à edição comemorativa de seis anos de existência de Saúde & Transformação Social!

Que a transformação não seja discreta e muito menos moral!